REPRESSÃO MILITAR E TERRORISMO DE ESTADO EM VOLTA REDONDA (1984-1989): CONTRARREVOLUÇÃO PREVENTIVA E DITADURA "TARDIA".

Marcos Aurélio Ramalho Gandra[1]

Resumo

A Revolução Burguesa nos países da periferia do capitalismo, ao combinar transformação capitalista e dominação burguesa, possibilitou uma pragmática dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia. As ações políticas de classe das burguesias periféricas foram fortemente reacionárias, mostrando que sua forma de dominação autocrática impunha, se considerassem necessárias, ditaduras de classe "preventivas".

O Estado, com seus poderes de ação e coação, e "autonomia relativa", tem capacidade de fazer parecerem nacionais os interesses das classes dominantes, mesmo sem descuidar do recurso da associação com os militares.

O debate sobre a transição "lenta, gradual e segura" na democratização sob controle dos ditadores, é contemplado nas formulações que nomeiam o regime iniciado em 1985 como uma "democracia tutelada", de equilíbrio instável, onde os militares abririam mão do recurso ao golpe desde que ficassem "intocáveis". Os acontecimentos no recorte espaço-temporal analisado (Volta Redonda, 1984-1989) acirraram as contradições do período, e a repressão militar desencadeada, mesmo após a promulgação da nova Constituição em 1988, constituiu grave caso de violação dos direitos humanos no país.

[1]Doutorando em História (PPGH-UFF)

O Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR) apontou para a ocorrência de uma "Ditadura tardia" na cidade, pondo em questão a datação "oficial", que encerra a Ditadura Civil-Militar em 1985, evidenciando o recurso a expedientes autoritários e fascistas no intuito da perpetuação da dominação autocrática-burguesa, como nos quatro últimos casos de violações dos direitos humanos investigados por esta Comissão - *i:* continuidade dos serviços de espionagem e vigilância sobre operários da CSN e população da cidade e região após o fim oficial da Ditadura; *ii:* invasão da cidade pelo Exército, e mesmo assim saindo derrotado da cidade; *iii:* explosão terrorista, por forças paramilitares de direita, do Memorial 9 de Novembro projetado por Oscar Niemeyer em homenagem aos operários mortos, o que inclui o assassinato de testemunha-chave; *iv:* morte suspeita do ex-sindicalista e prefeito recém-eleito da cidade, Juarez Antunes em acidente de carro.

O trabalho da CMV-VR permitiu o inédito acesso à enorme documentação produzida pela empresa e sua "polícia política", o que abre frentes de pesquisa sobre importantes períodos de nossa história.

Palavras-chave: dominação burguesa; ditadura; direitos humanos

Abstract

The Bourgeois Revolution in the countries on the periphery of capitalism, by combining capitalist transformation and bourgeois domination, enabled a pragmatic dissociation between capitalist development and democracy. The class political actions of the peripheral bourgeoisies were strongly reactionary, showing that their form of autocratic domination imposed, if deemed necessary, "preventive" class dictatorships.

The State, with its powers of action and coercion, and "relative autonomy", has the capacity to make the interests of the dominant classes appear national, even without neglecting the resource of association with the military.

The debate about the "slow, gradual and secure" transition in democratization under the control of dictators is included in the formulations that name the regime started in 1985 as a "tutored democracy", of unstable equilibrium, where the military would give up the use of the coup as long as they were "untouchable". The events in the analyzed space-time frame (Volta Redonda, 1984-1989) intensified the contradictions of the period, and the military repression unleashed,

even after the promulgation of the new Constitution in 1988, constituted a serious case of human rights violations in the country.

The Final Report of the Volta Redonda Municipal Truth Commission (CMV-VR) pointed to the occurrence of a "late dictatorship" in the city, calling into question the "official" dating, which closes the Civil-Military Dictatorship in 1985, showing the recourse to authoritarian and fascist expedients in order to perpetuate autocratic-bourgeois domination, as in the last four cases of human rights violations investigated by this Commission - *i:* continuation of espionage and surveillance services on CSN workers and the population of the city and region after the official end of the Dictatorship; *ii:* invasion of the city by the Army, and still leaving the city defeated; *iii:* terrorist explosion, by right-wing paramilitary forces, of the 9 de Novembro Memorial designed by Oscar Niemeyer in honor of the dead workers, which includes the murder of a key witness; *iv:* suspicious death of the ex-unionist and newly elected mayor of the city, Juarez Antunes in a car accident.

The work of CMV-VR allowed unprecedented access to the enormous documentation produced by the company and its "political police", which opens up research fronts on important periods in our history.

Keywords: bourgeois domination; dictatorship; human rights

Repressão militar e terrorismo de Estado em Volta Redonda (1984-1989): contrarrevolução preventiva e ditadura "tardia".

A vigente compreensão de que a Ditadura Civil-Militar (ou Militar-Empresarial) terminou oficialmente em 1985, nos leva a perguntar o que explicaria a ocorrência de ostensivas intervenções armadas do Exército, apoiado pela Polícia Militar, na cidade de Volta Redonda - RJ, após esta data, e inclusive após a promulgação da nova Constituição Federal em 1988. Da mesma forma, o que explicaria a permanência da vigilância e espionagem do Estado brasileiro (através da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN) sobre o operariado desta empresa e população da cidade e região? Caminhando-se em um processo de democratização, ainda que sob uma abertura "lenta, gradual e segura", ou ainda uma "democracia tutelada" pelos militares, como analisar a ocorrência de expedientes típicos de uma Ditadura que se acreditava já estava encerrada?

O conceito de "contrarrevolução preventiva", desenvolvido por Florestan Fernandes para compreender o processo da Revolução Burguesa no Brasil, nos

permitirá buscar a intelecção da violência das ações militares e de terrorismo de Estado, já no período da chamada "redemocratização" e mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os processos de revolução burguesa, por serem processos históricos, não seguem modelos, portanto não se pode estabelecer que a modernização capitalista nos países dependentes e subdesenvolvidos só se daria em caso de guardar similaridades com os chamados casos clássicos. Seria equivocado supor que tais processos conduziriam à autonomização do desenvolvimento capitalista na periferia do capital, pois isto exigiria uma ruptura com a dominação externa, algo que não ocorreu historicamente.

A manutenção do caráter dependente da modernização capitalista na periferia guarda similaridades com os casos clássicos naquilo que a faz capitalista, mas são as diferenças que na verdade permitem compreender a combinação entre transformação capitalista e dominação burguesa, na concretude das condições econômicas e histórico-sociais específicas:

> […] embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia. Assim, o que "é bom" para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de "democracia burguesa" sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos *mores*, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa.[2]

Deve-se atentar também que o capitalismo selvagem na periferia do capital advém da enorme pressão causada pela dupla apropriação do excedente econômico (pelas burguesias internas e das nações imperialistas), o que leva à hipertrofia dos fatores sociais e políticos para manter a dominação burguesa, tanto no sentido autodefensivo como no puramente repressivo, e sob o imperialismo das nações hegemônicas, que precisam da atuação das burguesias da periferia

2 FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 292. Grifos do autor.

como "parceiras", ou indo mais longe, "fronteiras internas" para a manutenção da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista. No caso da Revolução Burguesa "atrasada", as burguesias da periferia foram levadas a "ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe" (FERNANDES, 1987: 295). E não se pode supor, erroneamente, que sejam débeis em sua capacidade de dominação, pois têm enorme poder econômico, político e social, de alcance nacional, controlam a máquina do Estado, e contam com apoio externo para aperfeiçoar as formas de cooptação, socialização e de repressão.

Portanto, na experiência histórica concreta da revolução burguesa atrasada, essas burguesias põem para escanteio qualquer lembrança do idealismo burguês dos casos clássicos, e sem vergonha recorrem à violência institucionalizada para defender seus interesses materiais e/ou seus objetivos políticos, podendo chegar à fusão da república parlamentar com o fascismo. Vale recorrer novamente ao autor:

> Isso nos coloca, certamente, diante do *poder burguês* em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva.[3]

A intensa industrialização ocorrida na Ditadura Civil-militar não superou o caráter duplamente articulado da economia brasileira, de um lado dependente, submetida à dominação imperialista externa; e de outro, subdesenvolvida com desenvolvimento desigual interno. A bem da verdade, a manutenção dessa dinâmica foi a regra, o que não exclui a realização da chamada "revolução nacional", desde que entendida como a forma de garantir o controle do Estado pela burguesia. Em nítido diálogo com Gramsci, Fernandes demonstra que a revolução nacional visava a consolidação do poder burguês via fortalecimento das estruturas e funções nacionais da dominação de classe, fazendo com que interesses específicos desta classe pudessem ser universalizados através da imposição da mediação do Estado a todos, que perceberiam tais interesses particulares como

[3]Idem, p. 297. Grifos do autor.

sendo da Nação como um todo. Arriscamos dizer, um processo de construção/consolidação da hegemonia burguesa.

O Estado, através de seu poder de ação e coação, da sua capacidade de fazer parecerem nacionais os interesses de uma classe, tem papel central para a evolução do capitalismo recente no Brasil. Sua "autonomia relativa" propiciou que os processos de dominação burguesa se utilizassem da associação com os militares. A militarização do Estado, respeitadas as diferenças conjunturais, é uma constante no processo histórico brasileiro. Através do Estado, a relatada "impotência burguesa" converte-se em força impositiva quase sem condições de ser freada, portanto, conforme Fernandes:

> "... o Estado nacional não é uma peça contingente ou secundária desse padrão de dominação burguesa. Ele está no cerne de sua existência e só ele, de fato, pode abrir às classes burguesas o áspero caminho de uma revolução nacional, tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento."[4]

Segundo o mesmo autor, apenas a dominação de classe provavelmente não conseguiria manter o equilíbrio econômico, social e político, através das funções tradicionais de um Estado democrático-burguês: as divergências intraburguesas, mas principalmente as agitações dos "de baixo", não seriam sufocadas a contento. Por isso ele trata o poder estatal como o dínamo do poder burguês, capaz de silenciar e impedir que as outras classes pudessem lutar por aquele.

Esse processo de domesticação particularista do Estado foi facilitado pela natureza autoritária do modelo presidencialista, mas também pela identificação adesista dos militares para com os objetivos perseguidos pela dominação burguesa. A militarização do Estado nacional fortaleceu os vínculos da dominação burguesa com uma ditadura de classe explícita e institucionalizada, com eficácia que dificilmente seria atingida sob um Estado democrático-burguês (FERNANDES, 1987: 308).

A duração e a intensidade da militarização e da tecnocratização das estruturas e das funções do Estado respondiam às necessidades de manutenção do consenso burguês que, estabelecido sobre a tensa divisão de classes, e por causa desta, e do caráter contrarrevolucionário assumido, tornaram-se condições para que o Estado tivesse forças suficientes para conduzir as transformações históricas de forma pragmática, mantendo o nexo entre modernização e restauração

4 Idem, p. 307.

da "ordem", e fazendo ser imposta a percepção de que a ação contrarrevolucionária legitimava a própria autoafirmação e o autoprivilegiamento das classes burguesas. Esta racionalidade burguesa operou para converter o Estado numa superentidade política, cujos poder absoluto e autoridade, que não podem ser contestados, foram as bases da unidade e integração política do modelo de nação que se impunha. Unificar e centralizar o poder de classe burguês, e impor a contrarrevolução burguesa, proporcionou o modelo típico de Estado moderno na periferia do capital no contexto da transição para o capitalismo monopolista, que Fernandes considera como um Estado nacional complexo e heterogêneo, com várias camadas históricas, "como se refletisse os pontos extremos, de partida e de chegada, das transformações por que passou, originariamente, o Estado capitalista nas sociedades hegemônicas e centrais" (FERNANDES, 1987: 349), combinando elementos estruturais e dinâmicos contraditórios bem de acordo com a realidade das burguesias e organização da sociedade dependentes.

Delimitando melhor o que se considerou como o Estado nacional complexo e heterogêneo, Fernandes o nomeará como um Estado nacional sincrético, posto que lembre o modelo representativo, democrático e pluralista ao mesmo tempo em que é expressão bem definida de uma oligarquia perfeita que pode agir sob o signo do paternalismo assim como das mais brutais repressão e opressão, flertando com o fascismo. Consideramos importante recorrer à citação:

> "O Estado se diferencia e, ao mesmo tempo, satura sua estrutura constitucional e funcional de uma maneira tal que fica patente ou que se pratica, rotineiramente, uma democracia restrita ou se nega a democracia. Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente, o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante".[5]

O Estado nacional sincrético autocrático-burguês, portanto, está a serviço da imposição e continuidade da dominação e poder burgueses, dando-lhes o espaço político necessário para intervir nos ritmos da Revolução Burguesa. Só através dele as classes burguesas puderam dissociar democracia de desenvolvi-

[5]Idem, p. 350.

mento capitalista e revolução nacional, utilizando-se de violência institucionalizada que o faz "irreconhecível" perante os modelos clássicos, mas eficaz para a autolegitimação e autoprivilegiamento burgueses. Só através dele compreende-se o desenvolvimentismo extremista (que Fernandes chama de "neurótico") com a supressão de um mínimo de mediação entre as classes sociais e de uma comunidade política de fato nacional.

Em concordância com Fernandes, Maciel demonstra que todo Estado burguês é sincrético, sendo que nos países do capitalismo periférico elementos fascistas e autoritários predominam sobre os democrático-representativos. Dito de outra forma, mesmo com a ampliação da sociedade civil durante o período ditatorial, o processo de constituição da supremacia burguesa sobre a sociedade brasileira se fez "demandando o uso do conceito de dominação sobre aquele de hegemonia".[6] No que tange à utilização e ampliação dos elementos fascistas, isto fica patente durante os dez primeiros anos da Ditadura Civil-militar, mas que vai além do final "oficial" desta, em 1985.

Portanto, a *expertise* militar através da ostensiva vigilância, repressão, tortura, mortes e desaparecimentos de opositores foi posta a serviço do controle do conflito político e social, impedindo a organização das classes subalternizadas. Ainda conforme Maciel, tal cesarismo militar, para assumir a direção política do bloco no poder, além da citada *expertise*, devia-se também à "sua vinculação à doutrina de segurança nacional e à perspectiva de desenvolvimento do capitalismo monopolista (MACIEL *in* Mattos, 2017: 107)".

A autocondenação das classes burguesas à contrarrevolução permanente, com um centro ultraconservador de acomodação e controle da ordem, ou preservação do s*tatus quo*, foi eficaz para estes fins no curto prazo de tempo, tirando-as de certo imobilismo político anterior. O Estado autocrático-burguês equiparou a oligarquia das classes burguesas dominantes com a democracia restrita quando impõe a sociedade civil (manietada por atores burgueses) à possibilidade de um projeto nacional autônomo. Este expediente, que permitiu a aceleração da Revolução Burguesa, possibilitou também, mesmo que limitadamente, a articulação de tensões e contradições inerentes a uma sociedade de classes em transformação econômica intensa. O consenso burguês precisou, para lidar com as disputas intraburguesas e diferenças com as outras classes, estabelecer uma articulação "democrático-oligárquica" entre os "mais iguais" que assumiu a forma de uma cooptação sistemática e generalizada:

[6]MACIEL, David. Notas sobre a dominação burguesa no Brasil durante a ditadura militar e seu legado (1964-1985) *in:* MATTOS, *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 105.

> "A cooptação se dá entre grupos e facções de grupos, entre estratos e facções de estratos, entre classes e facções de classes, sempre implicando a mesma coisa: *a corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder resultante*. Além disso, a cooptação se converte no veículo pelo qual a variedade de interesses e de valores em conflito volta à cena política, nela se instala e ganha suporte ou rejeição. Desse ângulo, a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia de cooptação*.[7]

Portanto, os mesmos fatores que transformaram o Brasil em um paraíso burguês no pós-68, impondo a aceleração do desenvolvimento econômico, colocaram em xeque a continuidade da contrarrevolução preventiva nos moldes do momento pós-golpe. O citado centro ultraconservador começa a não corresponder à base material oriunda das mudanças econômicas que expandiram a sociedade de classes, com suas tensões e contradições. Por isso a necessidade de armar, no sentido policial-militar, as formas de autodefesa da ordem contrarrevolucionária.

Com o novo contexto histórico, que apontava para o esgotamento do "milagre econômico", e a consequente movimentação pró-abertura, como conciliar a democracia de cooptação com o Estado autocrático? Conforme o autor que vimos acompanhando, fez-se uma "dupla abertura", que consolidava a democracia de cooptação ampliando-a para "baixo" incorporando as dissidências e/ou outras classes, com todas as implicações que a corrupta consciência burguesa pode ter sobre elas; e definia o alcance do poder excedente legitimado por se tornar constitucional/legal no Estado autocrático. Ou seja, as classes burguesas não promoviam um retorno à democracia, posto que esta não existiu antes, nem permitiam que se vivesse no Brasil uma experiência democrática autêntica.

A complexificação da nova ordem econômica e social destravou a possibilidade de movimentações políticas do radicalismo burguês, das classes médias (expandidas com o desenvolvimento econômico) e das classes subalternizadas. Mesmo que sob influência e/ou alguma deterioração promovida pela corrupção intrínseca da democracia de cooptação, as dificuldades concretas de sobrevivência em uma sociedade de classes que fabrica vertiginosa urbanização sem qualquer planejamento, produzem protestos que também questionam esta sociedade de classes, por dentro e por fora da ordem.

7 FERNANDES, *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. cit., pp. 358-359. Grifos do autor.

Portanto, a formação de um sincrético Estado autocrático-burguês para manter a ordem, entendida como o s*tatus quo* burguês (privilégios e dominação sobre classes e frações de classes), e espaço de execução de políticas oriundas da limitação, manipulação e monopolização da sociedade civil por parte das classes burguesas, é condição e resultado da Revolução Burguesa que, dada a aceleração econômica e consequentes transformações que isto implica, tenta manter a tensa e violenta sociedade brasileira sob os ferrolhos de uma paz armada cujas principais vítimas são as classes subalternizadas, o que se agrava com a segregação espacial nas grandes manchas urbanas, sempre observando o corte étnico da violência de Estado.

Mas este processo só pode ser compreendido, retornamos, porque houve durante a Ditadura a ampliação e diversificação dos aparelhos privados de hegemonia, mesmo que sob uma conformação da sociedade civil claramente desproporcional à atuação daqueles vinculados às classes trabalhadoras, em relação aos das classes burguesas. Dito de outra forma, mesmo e apesar da forte coerção no período, houve fabricação de consenso, através destes aparelhos privados de hegemonia, mas um consenso passivo que objetivava, junto às classes subalternas, preservar a autocracia burguesa. Somado à repressão e controles do conflito político, Maciel observa as fragilidades das "classes subalternas para organizar seu movimento contra-hegemônico numa perspectiva não apenas antiautocrática, mas antiliberal e anticapitalista" (MACIEL, 2017: 110).

Apesar da crescente crítica ao regime militar, ao padrão econômico dependente-associado e ao próprio caráter autocrático do Estado burguês, a dificuldade para atingir uma crítica anticapitalista pode ser atribuída a todo um processo, durante a Ditadura, cuja política era despolitizar a sociedade, através da crescente monopolização dos meios de comunicação, da censura às produções artístico-culturais, do tecnicismo elitista na educação, em suma, da redução da socialização política, o que possibilitou o estabelecimento de uma cultura de massas pasteurizada. Neste contexto, e a partir da atuação dos aparelhos burgueses de hegemonia, serão desenvolvidas campanhas antiestatistas que atingirão em cheio o mundo do trabalho em torno da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda.

Qualquer análise sobre a Igreja Católica é complexa, e por hora deve-se destacar sua ambivalência no processo de luta de classes no Brasil. Permeada pelos acontecimentos, sua cúpula se divide entre os conservadores, que mesmo criticando alguns excessos repressivos, apoiavam os militares e/ou a ordem, e aqueles que se vincularam à Teologia da Libertação, contribuindo decisivamente para a organização e fortalecimento de movimentos sociais das classes subalternas. Em

alguns casos, sob perspectiva antiautocrática, e em diálogo com a crítica anticapitalista. Com isto não estamos a afirmar que tais setores da Igreja Católica são os responsáveis pela abertura de uma fase de crescimento no número, variedade, qualidade e função dos aparelhos privados ligados às classes trabalhadoras, mas sim que esta organização estava contida neste processo, ao mesmo tempo em que parte dela o estimulava, sendo fundamental para seu crescimento.

A maior amplitude destas organizações inclui o ressurgimento dos movimentos estudantil, feminista, negro, e de diversas formas de defesa do meio ambiente. O sindicalismo dos trabalhadores rurais consegue avançar da lógica assistencialista e repressiva da Ditadura para o debate sobre a reforma agrária, melhorias salariais e extensão dos direitos trabalhistas para este universo. Cresceu também o sindicalismo dos funcionários públicos, apesar da proibição. E destaca-se no movimento sindical, o autodenominado "Novo Sindicalismo", que assumirá o protagonismo do enfrentamento à política econômica ditatorial, o que contribuiu para sua atuação contrária à tutela do Estado via estrutura sindical, assumindo por vezes uma postura anticapitalista.

A citação dos ainda incompletos exemplos objetivou demonstrar que a multiplicidade de novos e/ou reconfigurados aparelhos incorporou grupos sociais que até então não eram organizados na sociedade civil, o que permitiu ao movimento como um todo, ao se mobilizar contra o cesarismo militar e a autocracia burguesa, atingir um patamar de debate anticapitalista, a partir das demandas concretas de cada um deles em particular, mas aglutinando-as com postura ético-política que possibilitou desenvolver propostas que apontavam para uma alternativa de projeto de sociedade. Portanto, a partir da dinâmica na base destes movimentos, valorizando sua autonomia frente ao Estado e o poder do capital, e com avanço na forma de "ser democracia" (democracia de base em oposição ao cupulismo), desenvolveu-se o projeto democrático-popular, que em que pesem suas limitações e contradições que transparecerão no decorrer do processo, apontou um método de organização das classes trabalhadoras que será proposto na sociedade civil em contraposição à despolitização como política.

Ainda seguindo a argumentação do autor, a negação do paternalismo e da estatolatria fez-se acompanhar da valorização da autonomia frente aos poderes do Estado e do capital, o que, contraditoriamente, para além da importante capacidade de organização autônoma das classes trabalhadoras, tangenciava a perspectiva liberal de Estado, que predominava na oposição burguesa, o que na prática negava a concepção de Estado integral. A dicotomia da visão que "associava o Estado ao autoritarismo e ao governo militar, e a sociedade civil à liberdade e à democracia" (MACIEL, 2017: 114), obnubilava o fato de na sociedade civil

atuarem, também e principalmente, desde antes do golpe, aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes em suas relações promíscuas com a estrutura do Estado restrito e cooptando classes e frações de classe.

Tal postura, em boa medida influenciada pelo histórico de enfrentamento da Igreja Católica com o Estado, mas também por estar presente na oposição burguesa, terminou por deslocar relativamente a necessidade de se criar mecanismos de controle político sobre a movimentação do capital. Ou mais, com a "demonização" do Estado, possibilitaram-se brechas para a penetração do ideário neoliberal, algo que começará a ser visualizado nas campanhas contra o suposto gigantismo deste, apontando para as propostas de privatização de algumas empresas/atividades. Mesmo e apesar de em diversas situações os aparelhos de hegemonia das classes trabalhadoras terem ultrapassado os limites da ordem autocrático-burguesa, devemos reconhecer que a margem para sua atuação era bem e pensadamente reduzida. Isto, conforme Maciel, proporcionou que se identificassem as graves mazelas do capitalismo brasileiro com os governos militares, que obviamente foram instrumentos para tal, mas não se pode esquecer do modelo de transformação capitalista em um país da periferia do capital. A penetração do Neoliberalismo alguns anos a frente demonstrou a fragilidade da iniciativa e/ou crença na possibilidade de reduzir a crueldade da desigualdade brasileira com certo desenvolvimentismo de esquerda.

Apesar dos grandes avanços na direção da democratização do país, obtidos no período da transição, e resultado primordialmente da ação política dos aparelhos privados de hegemonia das classes trabalhadoras, não se impediu a reforma da autocracia burguesa, o que pode ser atestado no resultado final da Constituição de 1988, contraditoriamente também chamada de "Constituição Cidadã". O inegável avanço dos elementos democráticos na nova institucionalidade não levou à supressão dos elementos fascistas e autoritários, mas apenas à sua reforma. Eles continuam presentes e, como exemplo, embora os militares viessem a não mais dirigir o bloco no poder, mantiveram a tutela sobre a ordem política e o poder civil, posto que ficaram responsáveis pela hiper-repressão para preservar a autocracia burguesa através do instituto de serem "guardiões" da lei e da ordem, o que se agrava pelo fato da continuidade do aparato de vigilância/informações em suas mãos.

Mas a principal distorção é o reforço "do peso do poder econômico sobre o processo eleitoral" (MACIEL, 2017: 118), base para a corrupção deste, restringindo concretamente o acesso à participação na limitada democracia que se estabelecia.

O período de democratização foi caracterizado, conforme Maciel, como de uma "crise de hegemonia peculiar", dada a evolução de uma crise da ditadura, em seus estertores, para uma onde:

> "se de um lado havia consenso entre as classes burguesas em torno da necessidade de preservar o máximo possível a autocracia burguesa, por outro lado não havia unidade acerca do programa econômico a ser adotado. Isto causou um curto-circuito na representatividade política dos partidos dominantes diante das classes burguesas, uma grave crise de legitimidade do governo da Nova República e o acirramento da disputa eleitoral, como evidenciam o avanço das candidaturas de esquerda, de um lado, e de 'salvadores da pátria', como Collor, de outro."[8]

Compreendemos que a citada crise de hegemonia "peculiar", que define o período de transição no Brasil, assenta-se na intensificação da disputa na sociedade civil, em que há ampliação e diversificação dos aparelhos privados de hegemonia. Esta "ocidentalização" pode ser mapeada através da criação de entidades representativas das classes burguesas, organizando formas de comunicação e de pressão para tentar definir resultados eleitorais, mas principalmente para tentar dirigir o processo constituinte. Isto porque, arriscamos dizer, pela primeira vez o grau de organização e mobilização entre as classes subalternas supera o das classes burguesas. A diversidade e crescente radicalização das lutas sociais alimentam e/ou se fazem acompanhar de crescimento eleitoral, inserção institucional e, na queda-de-braço do processo constituinte, conseguem conquistar direitos políticos e sociais a partir da mobilização, junto à população, por assinaturas das emendas populares, o que exigiu das forças conservadoras se descortinarem através do chamado "Centrão" no Congresso Constituinte.

O impasse estava colocado. Crise econômica e política, crescentes e diversas mobilizações, aumento exponencial no número de greves, e CUT e PT, apesar de suas inflexões, sendo vistos como interlocutores das classes trabalhadoras. Para evitar que a crise de hegemonia se desdobrasse em uma crise revolucionária, impunha-se às classes burguesas, e dialeticamente elas impuseram ao restante da sociedade, a preservação da autocracia burguesa, mesmo que com algumas modificações. Isto possibilitou que elas se recompusessem em torno do ideário político e econômico do Neoliberalismo. Mas a busca pelo, por hora, "consenso perdido", exigia a efetivação de um processo transformista sobre as organizações

[8] Idem, p. 118-119.

dos trabalhadores a que nos referimos, integradas passivamente à ordem nova que se estabelecia, combinado a um reforço dos elementos autoritários sobre os democráticos através de reformas que iam na contramão dos avanços obtidos, sob o ponto de vista das classes trabalhadoras, na Constituição Federal de 1988. O reforço dos elementos autoritários em favor da movimentação do capital, e em prejuízo dos mecanismos de controle democrático, permite afirmar que a aplicação do projeto neoliberal reforçou a autocracia burguesa no Brasil. Possibilitando, conforme Maciel, "o aprofundamento da dependência-associada, da concentração de renda e da superexploração do trabalho, marcas indeléveis do modelo de transformação capitalista vigente no país" (MACIEL, 2017: 119).

Dito de outra forma, a dominação burguesa no Brasil, que entra em crise nos anos 70 da Ditadura, e que passa por uma crise de hegemonia "peculiar" nos anos 80, é reconfigurada, via Neoliberalismo, a partir dos anos 90, e agirá no sentido de desmontar os elementos democráticos que os aparelhos de hegemonia das classes trabalhadoras conseguiram construir no período de transição, assim como os avanços obtidos na Constituição de 1988, reforçando a autocracia burguesa. E é neste contexto geral que se insere a radicalidade das ações dos trabalhadores da CSN e da população de Volta Redonda, quando através das Comissões de Fábrica e direção do Sindicato dos Metalúrgicos, obteve-se o controle operário sobre a gigantesca planta industrial da CSN; e através da unificação dos diversos movimentos sociais da cidade, em dois curtos momentos, esta população vivenciou embrionariamente experiências de poder popular. Isto ao mesmo tempo em que se dava continuidade à vigilância e espionagem sobre a população da região e executou-se uma repressão que surpreendeu a sociedade brasileira.

O descompasso citado custou caro à organização dos aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas na "Cidade do Aço", fenômeno que ficará visível e sensível a partir da derrotada greve de trinta e um dias em 1990, já sob a pressão da proposta de privatização da CSN, sob a penetração do projeto neoliberal no país.

O trabalho da Comissão Municipal da Verdade "Dom Waldyr Calheiros" (CMV-VR), que atuou de 2013 a 2015, apontou a ocorrência de quatorze casos de violações de Direitos Humanos em Volta Redonda e região, alguns deles graves. Nosso recorte temporal acompanha a última seção do relatório final da CMV-VR, que aborda os quatro últimos casos de violação, tratando de: *i)* continuidade da espionagem sobre a população local através da Assessoria de Segurança e Informações da CSN (ASI-CSN) mesmo após o fim "oficial" da Ditadura; *ii)* a invasão da cidade por tropas do Exército com estratégia e armamentos de guerra, assassinando três operários e ferindo dezenas de pessoas, e mesmo assim tendo

sido vitoriosa a greve de 1988, com impacto sobre as eleições no país, desmoralizando a ação militar; *iii)* a inauguração e explosão terrorista do Memorial 9 de Novembro, projetado por Oscar Niemeyer, seguidos do assassinato da testemunha-chave do evento e desaparecimento da documentação de CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; *iv)* o acidente, em condições suspeitas, do prefeito Juarez Antunes, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e principal liderança da cidade, após o bispo Dom Waldyr Calheiros avisá-lo da possibilidade de um atentado conforme foi informado a ele pelo serviço de inteligência da Polícia Civil.

Por conta destes eventos, que ocorreram nos anos de 1988 e 1989, o Relatório Final da CMV-VR apontou para a formulação de "ditadura tardia", ou da extensão do período de exceção até 1989, mesmo e apesar da enorme polêmica da afirmação, levando-se em conta estar além da promulgação da Constituição Federal de 1988. A enorme documentação sob poder da CSN, cujo acesso só foi disponibilizado após gestão do Ministério Público Federal e da CMV-VR junto à CSN, pode ajudar a endossar ou refutar tal afirmação. Muitas e necessárias pesquisas advirão do enorme *corpus* documental, mesmo e apesar do desaparecimento do chamado "arquivo sujo" (dos órgãos de vigilância e repressão) da própria empresa.

O direito à memória, à verdade e à justiça, como não poderia deixar de ser, representa uma das frentes em que se desenvolve o processo da luta de classes no Brasil.

RECEBIDO em 15/07/2020
APROVADO em 31/08/2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil. Campinas: Pontes, 1995.

BEDÊ, Edgar D. A. T. Formação da classe operária em Volta Redonda. Volta Redonda: Nova Gráfica e Editora, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONTES, Ângela Maria M. e LAMARÃO, Sérgio Tadeu de N. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? Niterói: Revista Rio de Janeiro. V. 1, n. 4, 1986.

FRENCH, John D. Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GANDRA, Marcos A. Ramalho. Cidade "vermelha" do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989). Niterói: Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRACIOLLI, Edílson. Um caldeirão chamado CSN. Uberlândia: Edufu, 1997.

_____ Privatização da CSN: da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volumes 1 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés". São Paulo: Marco Zero/UnB, 1988.

LOSURDO, Domenico. Democracia ou Bonapartismo. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.

MANGABEIRA, Wilma. Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1993.

MARX, Karl. Para a crítica da Economia Política. *in* Marx (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

____ O Capital. Crítica da Economia Política. Livro 1, volumes I e II. São Paulo: Difel, 1985.

____ e ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. *in* REIS FILHO (org.). O Manifesto Comunista – 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____ Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1998). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____ Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____ e FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil Recente. São Paulo: Ática, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PALMEIRA, André F. A nova face da Cidade do Aço: crise do Capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008). Niterói: Dissertação de Mestrado, ICHF/UFF, 2012.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. Revista Estudos Históricos, nº 10. Rio de Janeiro: 1992.

RAMALHO, José Ricardo. Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RELATÓRIO FINAL. Comissão Municipal da Verdade "Dom Waldyr Calheiros": Volta Redonda, 2015.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____ Costumes em comum. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TRONCA, Ítalo. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). *in* O Brasil Republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VEIGA, Sandra Mayrinck e FONSECA, Isaque. Volta Redonda, entre o aço e as armas.

Petrópolis: Vozes, 1989.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____ Por que democracia? *in* Stepan (org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.